

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício de 2021

*Aprovado por unanimidade e na Assembleia Geral
de 31 de Março de 2022*

*O Presidente da Mesa de Assembleia
Paulo Fernando da Cruz Constantino*

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2021.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2021.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2021.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2021.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	10
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Activos fixos tangíveis.....	16
5. Propriedades de investimento.....	17
6. Activos intangíveis.....	17
7. Activos Biológicos.....	17
9. Participações financeiras – método equivalência patrimonial.....	17
9. Participações financeiras – outros métodos.....	17
10. Fundadores/Patrocinadores/Doadores/ Associados.....	18
11. Outros activos financeiros.....	18
12. Activos e passivos por impostos diferidos.....	18
13. Inventários.....	18
14. Clientes/Utentes.....	19
15. Adiantamentos a fornecedores.....	20
16. Estado e outros entes públicos.....	20
17. Outras contas a receber.....	20
18. Diferimentos.....	21
19. Activos financeiros detidos para negociação.....	21
20. Outros activos financeiros.....	21
21. Activos não correntes detidos para venda.....	21
22. Caixa e depósitos bancários.....	21
23. Capital realizado.....	21
24. Outros instrumentos de capital próprio.....	21
25. Reserva legal.....	22
26. Resultados transitados.....	22
27. Excedentes de revalorização.....	22
28. Outras variações no capital próprio.....	22
29. Provisões.....	22
30. Financiamentos obtidos.....	22
31. Outras contas a pagar.....	23
32. Fornecedores.....	23
33. Adiantamentos de clientes.....	24
34. Outros passivos financeiros.....	24
35. Vendas e prestações de serviços.....	24
36. Subsídios à exploração.....	24
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros.....	24
38. Variação nos inventários da produção.....	24
39. Trabalhos para a própria entidade.....	24
40. Custo das Merc. Vendidas e Materias Consumidas.....	24
41. Fornecimentos e serviços externos.....	25
42. Gastos com o pessoal.....	25
43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	25

44. Aumento /redução de justo valor.....	25
45. Outros rendimentos e ganhos	25
46. Outros gastos e perdas.....	26
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26
48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	26
49. Resultados financeiros	26
50. Partes relacionadas.....	26
51. Compromissos.....	27
52. Eventos subsequentes.....	27
53. Informações exigidas por diplomas legais.....	27

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	1 191 656,34	1 214 969,74
Activos intangíveis	6	12 300,62	18 450,00
Outros créditos e activos não correntes	11	7 941,93	5 886,35
Total dos Activos Não Correntes		1 211 898,89	1 239 306,09
Inventários	13	3 106,05	3 220,71
Créditos a receber	14	9 594,16	14 317,30
Estado e outros entes públicos	16	2 471,27	1 360,20
Fundadores / Beneméritos	10	4 072,50	3 485,00
Outras contas a receber	17	54 709,75	55 762,93
Diferimentos	18	6 289,35	6 803,52
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	-
Outros activos correntes	20	-	-
Activos não correntes detidos para venda	21	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	217 256,27	262 993,49
Total dos Activos Correntes		297 499,35	347 943,15
		1 509 398,24	1 587 249,24
Fundos Patrimoniais			
Fundos	23	828 117,22	828 117,22
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio	24	-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	25	-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	26	88 993,12	131 978,94
Ajustamentos em activos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização	27	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	468 718,67	479 127,14
Resultado líquido do exercício		(79 106,20)	(55 912,97)
Total dos Capitais Próprios		1 306 722,81	1 383 310,33
Passivo			
Provisões	29	-	-
Financiamentos obtidos	30	6 201,04	12 208,83
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	12	-	-
Outras contas a pagar	31	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		6 201,04	12 208,83
Fornecedores	32	33 475,49	26 906,19
Adiantamento de clientes	33	-	-
Estado e outros entes públicos	16	22 510,80	22 261,79
Fundadores / Beneméritos	10	77,00	58,00
Financiamentos obtidos	30	8 832,35	12 834,47
Outras passivos correntes	34	130 671,57	128 679,40
Diferimentos	28	907,18	990,23
Outros passivos financeiros	34	-	-
Total dos Passivos Correntes		196 474,39	191 730,08
Total do Passivo		202 675,43	203 938,91
		1 509 398,24	1 587 249,24

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 28 de março de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

SEAL PROJECT - 2022

A MESA ADMINISTRATIVA

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Vendas de mercadorias	35	-	-
Prestação de serviços	35	347 168,84	361 156,63
Subsídios, doações e legados à exploração	36	866 034,04	829 904,28
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	-	-
Variação nos inventários da produção	38	-	-
Trabalhos para a própria entidade	39	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(111 118,72)	(117 239,19)
Fornecimentos e serviços externos	41	(267 902,15)	(258 010,52)
Gastos com o pessoal	42	(929 082,38)	(930 225,66)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	13	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	(1 704,09)	(4 486,70)
Provisões (aumentos/reduções)	29	-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)	43	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	44	-	-
Outros rendimentos	45	71 830,88	113 709,68
Outros gastos	46	(3 477,69)	(5 817,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(28 251,27)	(11 009,24)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(50 618,63)	(44 499,37)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(78 869,90)	(55 508,61)
Juros e rendimentos similares obtidos	49	-	-
Juros e gastos similares suportados	49	(236,30)	(404,36)
Resultado antes de impostos		(79 106,20)	(55 912,97)
Imposto sobre o rendimento do período	16	-	-
Resultado líquido do período		(79 106,20)	(55 912,97)
Resultado por acção básico		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 28 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

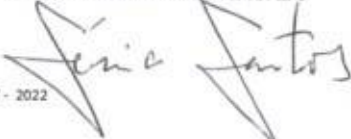
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		361 899,91	373 875,67
Pagamentos a fornecedores		(371 706,41)	(371 519,38)
Pagamentos ao pessoal		(926 118,24)	(927 892,84)
Caixa gerada pelas operações		<u>(935 924,74)</u>	<u>(925 536,55)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		879 096,40	793 073,05
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(56 828,34)</u>	<u>(132 463,50)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(21 869,29)	(29 020,81)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		(2 055,58)	-
		<u>(23 924,87)</u>	<u>(29 020,81)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	90 000,00
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		45 262,20	47 842,86
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		<u>45 262,20</u>	<u>137 842,86</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>21 337,33</u>	<u>108 822,05</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(10 009,91)	(7 828,22)
Juros e gastos similares		(236,30)	(404,36)
Dividendos		-	-
Reduções de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>(10 246,21)</u>	<u>(8 232,58)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(10 246,21)</u>	<u>(8 232,58)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(45 737,22)</u>	<u>(31 874,03)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>262 993,49</u>	<u>294 867,52</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>217 256,27</u>	<u>262 993,49</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 28 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

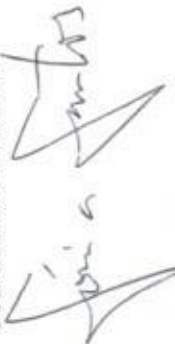
Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe

	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2020							
1	828 117,22	-	-	131 978,94	479 127,14	(55 912,97)	1 383 310,33
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	28	-	-	(42 985,82)	(10 408,47)	55 912,97	2 518,68
				(42 985,82)	(10 408,47)	55 912,97	2 518,68
2							
						(79 106,20)	(79 106,20)
3							
						(23 193,23)	(76 587,52)
4 = 2 + 3							
Operações com Instituidores no período							
Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
5							
	828 117,22	-	-	88 993,12	468 718,67	(79 106,20)	1 306 722,81
6 = 1 + 2 + 3 + 5							

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 28 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



AMESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social “ com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Rua José Filipe Rebordão. Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas com alojamento.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 Julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 Julho;

A adoção das NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2020 foram preparadas e aprovadas de acordo com as NCRF-ESNL, estando pois comparáveis com as Demonstrações Financeiras de 2021.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe

	Fundos	Excedentes Mónicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2019							
1	828 117,22	-	-	146 792,12	489 535,61	(14 813,18)	1 449 631,77
27	-	-	-	-	-	-	-
27	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-
28	-	-	-	(14 813,18)	(10 408,47)	14 813,18	(10 408,47)
2	-	-	-	(14 813,18)	(10 408,47)	14 813,18	(10 408,47)
3						(55 912,97)	(55 912,97)
4 = 2 + 3						(41 099,79)	(66 321,44)
5	-	-	-	-	-	-	-
6 = 1 + 2 + 3 + 5	828 117,22	-	-	131 978,94	479 127,14	(55 912,97)	1 383 310,33

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 28 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

SEAL PROJECT - 2021

A MESA ADMINISTRATIVA
[Assinatura]

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	3-6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural”.

3.2.3 Ativos Intangíveis

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha detém “Ativos Intangíveis” e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Outros Créditos e Activos não correntes

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha tem uma participação financeira no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio o custo médio ponderado dos inventários o CMP.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A Santa Casa da Misericórdia dispõe de um financiamento bancário no Novo Banco no valor de 2.824,57€ e de dois leasings na CGD no valor de 12.208,82€.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.13 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.2.14 Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2.15 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do Balanço.

10. Fundadores/Patrocinadores/Doadores/ Associados

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados” apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
Quotas de Associados	-	6 504,00	-	5 916,50
...	-	-	-	-
Outros saldos devedores	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>6 504,00</u>	<u>-</u>	<u>5 916,50</u>
Passivo				
...	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	2 431,50	-	2 431,50
Outros saldos credores	-	77,00	-	58,00
	<u>-</u>	<u>2 508,50</u>	<u>-</u>	<u>2 489,50</u>

11. Outros ativos financeiros

Esta rubrica inclui, os depósitos no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e os depósitos no Fundo Compensação do Trabalho. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo - FRSS	1 309,22	-	1 309,22	-
FCT	6 632,71	-	4 577,13	-
(...)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	<u>7 941,93</u>	<u>-</u>	<u>5 886,35</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>7 941,93</u>	<u>-</u>	<u>5 886,35</u>	<u>-</u>

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	3 106,05	3 220,71
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	<u>3 106,05</u>	<u>3 220,71</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>3 106,05</u>	<u>3 220,71</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Clientes/Utentes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	9 594,16	-	14 314,15
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	35 170,67	-	33 456,69
	-	44 764,83	-	47 770,84
Perdas por imparidade acumuladas	-	35 170,67	-	33 456,69
	-	9 594,16	-	14 314,15

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	9 594,16	-	14 314,15	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	35 170,67	-	33 456,69	-
	44 764,83	-	47 770,84	-

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	3 198,05	959,42	319,81	5 116,89	9 594,16
Clientes outros	-	-	-	35 170,67	35 170,67
	3 198,05	959,42	319,81	40 287,56	44 764,83

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo a 1 de Janeiro	33 456,69	28 969,99
Aumento	1 713,98	4 726,30
Reversão	-	(239,60)
Regularizações	-	-
	<u>35 170,67</u>	<u>33 456,69</u>

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 471,27	1 343,78
Outros impostos e taxas	-	16,42
	<u>2 471,27</u>	<u>1 360,20</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3 879,00	3 634,00
Segurança Social	18 393,35	18 447,75
Outros impostos e taxas	238,45	180,04
	<u>22 510,80</u>	<u>22 261,79</u>

17. Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-21</u>		<u>31-Dez-20</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	54 709,75	-	55 762,93
Outros	-	-	-	-
	-	<u>54 709,75</u>	-	<u>55 762,93</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>54 709,75</u>	-	<u>55 762,93</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”, foram os seguintes:

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	5 375,06	5 313,58
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	914,29	1 489,94
	6 289,35	6 803,52
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	907,18	990,23
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	907,18	990,23

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Caixa	528,05	167,33
Depósitos à ordem	16 728,22	62 826,16
Depósitos à prazo (i)	200 000,00	200 000,00
(...)	-	-
Outras	-	-
	217 256,27	262 993,49

(i) Esta rubrica regista um depósitos a prazo constituído em 2021, com uma maturidade de doze meses, renováveis.

23. Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2021 o valor dos Fundos Patrimoniais eram de 1.306.722,81€.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

Não se aplica.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 7 de maio de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

Não se aplica.

28. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	370 372,06	380 780,53
Doações	98 346,61	98 346,61
Outras	-	-
	468 718,67	479 127,14

29. Provisões

Não se registaram movimentos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro 2021 e em 2020 a rubrica Financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	2 824,57	-	6 099,77
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	6 201,04	6 007,78	12 208,83	6 734,70
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	6 201,04	8 832,35	12 208,83	12 834,47

(i) Comentário sobre os empréstimos a m.l.prazo a 6 anos destinado a pagar nova plataforma informática de controlo de gestão

(vi) Comentário sobre locações financeiras - aquisição de viaturas para SAD

Prazos de reembolso	31-Dez-21	31-Dez-20
Menos de um ano	8 832,35	12 834,47
1 a 2 anos	3 668,17	5 323,65
2 a 3 anos	2 532,87	3 405,90
3 a 4 anos	-	2 982,24
4 a 5 anos	-	497,04
Mais de 5 anos	-	-
	15 033,39	25 043,30

31. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	130 477,99	-	130 668,42
Outros credores	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	193,58	-	3,15
	-	130 671,57	-	130 671,57

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Fornecedores conta corrente	33 475,49	26 906,19
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	33 475,49	26 906,19

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	33 475,49	-	26 906,19	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	33 475,49	-	26 906,19	-

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2021 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	32 575,49	300,00	300,00	300,00	33 475,49
Fornecedores outros	-	-	-	-	-
	32 575,49	300,00	300,00	300,00	33 475,49

33. Adiantamentos de clientes

Nada a registar.

34. Outros passivos financeiros

Nada a registar.

35. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2021 foram como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	347 168,84	-	347 168,84	361 156,63	-	361 156,63
	347 168,84	-	347 168,84	361 156,63	-	361 156,63

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2021 e de 2020 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Subsídios do estado e outros entes públicos	861 111,03	824 984,83
Subsídios de outras entidades	456,01	596,33
Doações e heranças	4 467,00	4 323,12
Outros subsídios	-	-
	866 034,04	829 904,28

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Nada a registar.

38. Variação nos inventários da produção

Nada a registar.

39. Trabalhos para a própria entidade

Nada a registar.

40. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é detalhado como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3 220,71	-	3 220,71	3 451,28	-	3 451,28
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	111 004,06	-	111 004,06	117 008,62	-	117 008,62
Custo de vendas	(111 118,72)	-	(111 118,72)	(117 239,19)	-	(117 239,19)
Saldo final em 31 de Dezembro	3 106,05	-	3 106,05	3 220,71	-	3 220,71

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	60 419,39	59 224,99
Materiais	15 339,12	14 375,22
Energia e fluídos	77 826,39	69 406,82
Deslocações, estadas e transportes	1 889,79	916,68
Serviços diversos (*)	112 427,46	114 086,81
Limpeza, higiene e Conforto	58 178,98	66 297,95
Encargos com utentes	21 968,92	20 935,76
Rendas e alugueres	17 788,44	12 279,79
	267 902,15	258 010,52

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Remunerações dos órgãos sociais	24 573,36	24 573,37
Remunerações do pessoal	721 936,60	730 784,76
Benefícios pós-emprego	30,00	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	163 180,91	163 310,43
Seguros	7 051,40	6 976,44
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	12 310,11	4 580,66
	929 082,38	930 225,66

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2021 foram 62 e no exercício de 2020 foram 68.

43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a registar.

44. Aumento /redução de justo valor

Nada a registar.

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Rendimentos suplementares	11 797,69	12 457,92
Descontos de pronto pagamento obtidos	745,16	719,06
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	45 262,20	57 966,69
Outros rendimentos e ganhos	14 025,83	42 566,01
	71 830,88	113 709,68

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Impostos	124,35	151,34
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	72,63	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	2 885,79	5 666,42
	3 082,77	5 817,76

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	50 618,63	-	50 618,63	44 499,37	-	44 499,37
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	50 618,63	-	50 618,63	44 499,37	-	44 499,37

48. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a registar.

49. Resultados financeiros

	31-Dez-21	31-Dez-20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	236,30	404,36
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	236,30	404,36
Resultados financeiros	(236,30)	(404,36)

50. Partes relacionadas

Nada a registar.

51. Compromissos

Nada a registar.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

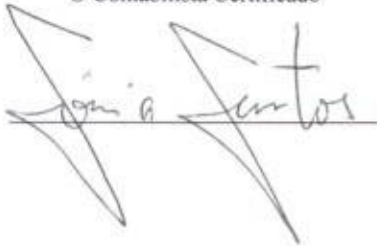
53. Informações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Santa Casa da Misericórdia não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Santa Casa da Misericórdia perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Vila Nova Barquinha, 28 de Março de 2021

O Contabilista Certificado



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Júlia Santos', written over a horizontal line.

A Mesa Administrativa



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line, with a second signature below it.